JUNTA DE FREGUESIA DE AMORA**Aviso n.º 22 338/2007****Nomeação**

Nos termos do n.º 8 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que, por despacho da presidente da Junta de Freguesia de Amora do dia 30 de Outubro de 2007, foram nomeadas definitivamente para os lugares de chefe de secção Francelina Maria Marques Fernandes e Maria Luísa Lobo Aguiar Pereira, na sequência do competente processo de concurso interno de acesso limitado para provimento de duas vagas, aberto por aviso de 3 de Setembro de 2007.

As nomeadas deverão tomar posse no prazo de 20 dias a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

31 de Outubro de 2007. — A Presidente, *Maria Odete dos Santos Pires Gonçalves*.

261106225

JUNTA DE FREGUESIA DE MORA**Aviso n.º 22 339/2007****Concurso externo de ingresso**

Para os efeitos constantes no artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, torna-se público que, de harmonia com a deliberação da Junta de Freguesia de Mora, tomada em reunião ordinária realizada em 25 de Outubro de 2007, se encontra aberto pelo prazo de 10 dias úteis, contados a partir da data desta publicação no *Diário da República* concurso para um lugar de cantoneiro de limpeza.

1 — Nos termos do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro, e de acordo com o estabelecido no n.º 3 do artigo 3.º, no presente concurso o candidato com deficiência tem preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra prevalência legal.

2 — Legislação aplicável — Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, alterado pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, e respectivas alterações, Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, e respectivas alterações, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, e Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, alterado pela Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro.

3 — Foi dado cumprimento ao n.º 2 do artigo 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro. Sendo efectuada consulta à bolsa de emprego público em 26 de Outubro de 2007 e verificando-se não existir pessoal em situação de mobilidade especial nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 41.º da referida lei, foi emitida pela Direcção-Geral da Administração e Emprego Público (DGAEP) declaração de inexistência de pessoal com o perfil pretendido.

4 — Prazo de validade — o concurso é válido para a vaga indicada, caducando com o seu preenchimento de harmonia com a alínea a) do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho.

5 — Local de trabalho — o local de trabalho situa-se em espaços à responsabilidade da Junta de Freguesia de Mora.

6 — Vencimento — o vencimento é o correspondente ao previsto na escala indiciária do novo sistema retributivo da função pública, estabelecido no Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, alterado pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, e adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, e demais legislação complementar, sendo as condições de trabalho e regalias sociais as genericamente vigentes para a administração local (cantoneiro de limpeza, escalão I, índice 155).

7 — Requisitos gerais de admissão ao concurso — os previstos no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho:

- a) Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;
- b) Ter 18 anos completos;
- c) Possuir habilitações literárias ou profissionais legalmente exigidas para o desempenho do cargo;
- d) Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;

- e) Não estar inibido do exercício de funções a que se candidata;
- f) Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido as leis da vacinação obrigatória.

8 — Requisito especial a possuir — escolaridade obrigatória.

9 — Formalização das candidaturas:

9.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao presidente da Junta de Freguesia de Mora, podendo ser entregue pessoalmente na secretaria da Junta de Freguesia de Mora ou remetido pelo correio, com aviso de recepção, para a Junta de Freguesia de Mora, Largo do MFA, 2, 7490-217 Mora, dele devendo constar os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome, estado civil, profissão, filiação, naturalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade e serviço de identificação que o emitiu, data de validade, número fiscal de contribuinte, morada e código postal), habilitações literárias e profissionais e, se possível, número de telefone;

b) Situação face à função pública, se for caso disso, com menção expressa da categoria detida, serviço a que pertence e natureza do vínculo;

c) Referência ao concurso a que se candidata, com indicação do número, data e série do *Diário da República* em que se encontra publicado este aviso;

d) Quaisquer outros elementos que os candidatos entendam como relevantes para apreciação do seu mérito, os quais só serão tidos em conta se devidamente comprovados.

9.2 — Os requerimentos de admissão deverão ser acompanhados obrigatoriamente, sob pena de exclusão, da seguinte documentação:

- a) Certificado de habilitações literárias, autêntico ou autenticado;
- b) Fotocópia do bilhete de identidade e do número fiscal de contribuinte.

9.3 — Os documentos comprovativos dos requisitos exigidos nas alíneas a), b), d), e) e f) do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, atrás referidas, são inicialmente dispensados da apresentação, devendo no entanto os candidatos declarar nos respectivos requerimentos de admissão, em alíneas separadas e sob compromisso de honra, a situação precisa em que se encontram relativamente a cada um daqueles requisitos.

9.4 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

9.5 — O disposto no n.º 9.3 não impede que o júri exija aos candidatos, em caso de dúvida sobre a respectiva situação, a apresentação dos documentos comprovativos das suas declarações e que considere necessários à apreciação das candidaturas.

10 — O júri do concurso terá a seguinte constituição:

Presidente — Manuel Luís Paredes Leão, presidente da Junta de Freguesia de Mora.

Vogais efectivos:

Arnaldo António Valdanta da Silva, secretário da Junta de Freguesia de Mora.

Nélia de Jesus Dias Aniceto Santos, tesoureira da Junta de Freguesia de Mora.

11 — Métodos de selecção — a selecção dos candidatos será feita através da prestação de provas de conhecimento e entrevista.

12 — Ficarão excluídos os candidatos que obtenham classificação inferior a 9,5 valores.

13 — Os critérios de apreciação e ponderação da classificação dos candidatos constarão das actas das reuniões dos júri do concurso, sendo as mesmas facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

14 — Publicitação — as listas de candidatos admitidos e excluídos e de classificação final serão afixadas na secretaria da Junta de Freguesia de Mora, de acordo com o previsto nos artigos 33.º e 38.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, adaptado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho.

5 de Novembro de 2007. — O Presidente, *Manuel Luís Paredes Leão*.
2611062542

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ANGRA DO HEROÍSMO**Aviso (extracto) n.º 22 340/2007**

Para os devidos efeitos torna-se público que o conselho de administração destes Serviços Municipalizados deliberou, na sua reunião de 4 de Outubro de 2007, renovar o contrato de trabalho a termo resolutivo certo com João Manuel Freitas Leonardo, nos termos do n.º 2 do artigo 139.º da Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, por mais três anos e com início a 2 de Dezembro de 2007.

5 de Novembro de 2007. — O Presidente do Conselho de Administração, *Luís Elmira Carreira Mendes*.

2611062740